

César Maia critica proposta econômica dos dois candidatos

Sônia Araripe

O deputado César Maia teve, durante os últimos meses, uma série de debates com os economistas dos outros partidos que concorriam nesta primeira fase das eleições presidenciais. Por isso, acabou conhecendo detalhes do que propunham o PT e o PRN para administrar a economia. Baseado nisso, ele dispara contra a proposta do presidencialista Fernando Collor de Mello, feita pela economista Zélia Cardoso de Mello: "qualquer computador pode fazer aquilo. Basta projetar tendência e extrapolar na margem", diz. Ele acha que o programa é superficial, foi feito no formato de um PND, grande, mas sem definições claras dos instrumentos usados.



César Maia

Maia critica também as propostas do PT, que precisam ser melhor definidas. "A idéia, por exemplo, de confronto com os credores eles precisam explicar para que serve." Na opinião do deputado, o PT não diz o que quer após a declaração formal da moratória, se é não pagar nunca mais ou restabelecer algum tipo de diálogo com os credores para atingir algum objetivo de redução dos pagamentos. Faltaria também ao PT economistas com mais experiência administrativa. "É um programa mais político."

Mesmo assim, Maia elogia o avanço que o Partido dos Trabalhadores deu recentemente para uma postura mais modernizante. "Setores expressivos do partido abandonaram as teses tradicionalistas de esquerda, como a de que o Estado é o único instrumento de organização, e entenderam que no mundo pós-moderno a sociedade ganha autonomia e passa a ser um dos agentes do processo." Outro avanço do PT seria o de ter abandonado o período do "nacionalismo exacerbado" para entender que as economias se integram naturalmente e que a questão básica a ser preservada é a soberania.

Estes avanços, na opinião de César Maia, ajudam a levar para o PT o eleitor socialista democrático. O deputado define o PT como um partido que está atualmente entre duas forças internas, "a que quer transformá-lo em um partido socialista, que poderá fazer dele uma grande agremiação, e outra que quer que ele seja um partido comunista light, que, se for vitoriosa, vai fazer dele um partidinho".

Zélia — Maia afirma que no volumoso programa que o candidato Fernando Collor de Mello divulgou não há nada concreto em várias áreas. No combate à inflação, a idéia do candidato é de que isto se resolve apenas com o choque de credibilidade, como ocorreu na Argentina. O deputado argumenta que "credibilidade, qualquer um que fosse eleito teria" e que o governo Menem usou-a como ponto de partida e depois apresentou um programa coerente de combate à inflação. "A credibilidade ajuda a reduzir resistências mas não resolve o problema, e o Alfonsín provou isto. Ele tinha grande credibilidade e seu governo terminou em hiperinflação."

O programa de Collor de Mello não teria nada concreto também no que se refere à política fiscal. "Tem apenas a relação de quatro reformas que fará, mas aquilo não quer dizer nada." Sobre a proposta da dívida externa, de retirar o aval da União dos contratos, César Maia afirmou que, além de inconsistente, a proposta parece ter sido rejeitada pelo seu próprio lançador. "Não se fala mais nada."

O programa do PT também mereceu as críticas do deputado. Com uma ressalva, "tenho afinidades com o partido, principalmente com algumas alas" Mesmo assim, sugere que haja maior clareza em alguns pontos: "Dizem que vão fazer uma reforma monetária. Não basta trocar o nome da moeda. É preciso acabar com a moeda instável por uma estável", disse. César Maia acha também que, na área das medidas fiscais, eles dizem apenas que vão combater a sonegação e, no combate à inflação, apenas adjetivam afirmando que "agora o povo não vai pagar a conta", o que parece ao deputado pouco esclarecedor. Ele sente falta de maior clareza também na política monetária e na proposta de solução para a dívida interna. Sobre dívida externa, Maia acha que o PT avisa que vai para o confronto, mas não explica para quê. "Na hora que parte para o confronto puro e simples, ele chama uma retaliação que pode prejudicar o país", alerta.